

14

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



- LEI N° 367, de 16 de NOVEMBRO de 1.960 -

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, de ecôr-
do com o que decretou a Câmara Munici-
pal, em sessão realizada no dia 9/11/
1.960, PROMULGA a seguinte lei: - - - -

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a alienar-
se Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, por doação,
o imóvel abaixo descrito, situado nesta cidade, para, nos tér-
mos do Decreto Estadual nº 12.762, de 18 de junho de 1.942, mo-
dificado pelo Decreto nº 27.167, de 4 de Janeiro de 1.957, nele
se construir prédio para funcionamento do Grupo Escolar "Cecí-
lia Holemberg Pôrto Guelli", no bairro de Vila Rio Branco, e sa-
ber:

"Um terreno sem benfeitorias, com a área de
5.001,60 m². (cinco mil e um metros e sessenta -
decímetros quadrados), medindo 65,00 m. (ses-
enta e cinco metros) de frente para a rua Tireden-
tes; 78,17 m. (setenta e oito metros e dezessete
centímetros) de um lado, confrontando com os ter-
renos de Olindo Ascari e outros; 63,00 m. (ses-
enta e três metros) nos fundos e 78,15 m. (se-
tenta e oito metros e quinze centímetros) de ou-
tro lado, que confrontam com os terrenos perten-
centes ao patrimônio municipal, tudo de acordo -
com a planta anexa que fica fazendo parte inte-
grante desta lei."

Art. 2º - Na escritura de doação, a ser levada após a apre-
sentação pela Prefeitura Municipal de toda a documentação exigi-
da pelo Instituto de Previdência, constará cláusula expressa da-
la qual o donatário não poderá, pelo prazo de 5 (cinco) anos ,
durar ao imóvel destinação diversa da prevista neste lei.-

Parágrafo único - Na referida escritura constará, ainda, -
cláusula onde a Prefeitura Municipal responderá pela avenção do
imóvel doado, obrigando-se a desapropriá-lo e docê-lo novamente-

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



ao Instituto de Previdência do Estado se êle, e qualquer título, for reivindicado por terceiro ou anulada a primeira doação, tudo sem ônus para aquela Autarquia..-

Art. 3º - A doação é irrevogável, exortuada a hipótese que alude o art. 2º, parte final, desta lei..-

Art. 4º - Após realizada a doação de que trata esta lei, a Prefeitura Municipal assinará contrato de empreitada com o Instituto de Previdência do Estado para construção do prédio referido no art. 1º, a ser executada pelo seu Departamento de Obras, por conta do referido Instituto, no terreno cuja doação ora se autoriza..-

Parágrafo único - Poderá a Prefeitura Municipal transferir o contrato à firma de sua escolha, registrada no Instituto de Previdência do Estado e previamente julgada capacitada por êle a desempenhar o encargo, profissional e financeiramente, em função do vulto da obra..-

Art. 5º - A construção do prédio de que trata o art. 1º, deverá iniciar-se dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data da lavratura da escritura de doação, ficando, porém, na dependência dos recursos orçamentários, destinados para êsse fim, no Instituto de Previdência, e obedecer aos pedrões, projetos, orçamentos, especificações, cláusulas, planos e condições-contratuais a que se refere o Decreto nº 27.167, de 4 de janeiro de 1.957, supre citado..-

Art. 6º - A despesa com a execução da presente lei correrá por conta da verba própria do orçamento..-

Art. 7º - Ficam revogadas as leis nºs 711, de 6 de julho de 1.959 e 759, de 26 de outubro de 1.959..-

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação..-

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário..-

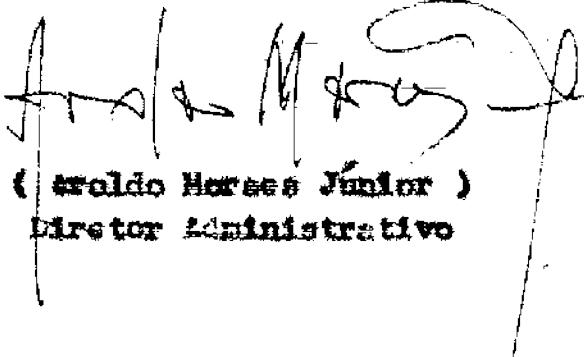
(Assinatura de Wm. Zomignani)

(Dr. Wm. Zomignani)
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal -
de Jundiaí, aos dezesseis dias do mês de novembro de mil nove -
centos e sessenta --


(Waldo Moreira Junior)
Diretor Administrativo